



SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 6125, DE 2025

Institui a Política Nacional de Proteção Integral a Filhos e Filhas de Mulheres Vítimas de Violência (PNPIV), e altera as Leis nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (ECA); nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha); nº 13.431, de 4 de abril de 2017, nº 14.344, de 24 de maio de 2022; e a Lei nº 14.717, de 31 de outubro de 2023.

AUTORIA: Senador Jorge Kajuru (PSB/GO)



[Página da matéria](#)



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Jorge Kajuru

PROJETO DE LEI Nº , DE 2025

Institui a Política Nacional de Proteção Integral a Filhos e Filhas de Mulheres Vítimas de Violência (PNPIV), e altera as Leis nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (ECA); nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha); nº 13.431, de 4 de abril de 2017, nº 14.344, de 24 de maio de 2022; e a Lei nº 14.717, de 31 de outubro de 2023.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º A Política Nacional de Proteção Integral a Filhos e Filhas de Mulheres Vítimas de Violência (PNPIV) tem por finalidade assegurar condições adequadas para o desenvolvimento físico, emocional e social de filhas, filhos e dependentes menores de 18 (dezoito) anos de mulheres:

I – vítimas de crime de feminicídio tipificado no inciso VI do § 2º do art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940; ou

II – que se encontrem impossibilitadas do exercício da parentalidade familiar em razão de violência doméstica ou familiar.

Art. 2º São objetivos da PNPIV:

I – garantir proteção integral, segurança e cuidado continuado da criança e adolescente;

II – assegurar meios materiais para o desenvolvimento saudável;





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Jorge Kajuru

SF/25954.74326-29

III – prevenir a ruptura de vínculos familiares e comunitários;

IV – reduzir vulnerabilidades amplificadas pela violência doméstica ou pelo feminicídio; e

V – promover a ação coordenada e intersetorial entre os órgãos do sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência, instituído pela Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017.

Art. 3º São princípios da PNPIV:

I – a prioridade absoluta;

II – o acolhimento humanizado, ético, protegido e respeitoso;

III – a redução de danos e a resposta rápida;

IV – o respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento;

V – atendimento multissetorial e não fragmentado.

Art. 4º A PNPIV é orientada pelas seguintes diretrizes:

I – a articulação obrigatória, contínua e estruturada entre os órgãos do Sistema de Garantia de Direitos, o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), o Sistema Único de Saúde (SUS), a rede educacional, a segurança pública e o sistema de justiça;

II – a prevenção da revitimização e a vedação a qualquer prática de violência institucional, por ação ou omissão, de órgãos públicos ou entidades conveniadas;

III – a preservação, sempre que possível e no melhor interesse da criança ou adolescente, dos vínculos familiares e comunitários, com prioridade para a família extensa ou responsáveis legais,

IV – a adoção de protocolos nacionalmente padronizados de identificação precoce, notificação e fluxo de encaminhamento de casos de





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Jorge Kajuru

SF/25954.74326-29

violência em escolas, unidades de saúde, órgãos de segurança pública e equipamentos do SUAS;

V – a centralidade do cuidado psicossocial, com atendimento especializado e contínuo por equipes multidisciplinares, respeitando necessidades específicas das crianças e dos adolescentes atendidos;

VI – a integração operacional entre Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, Conselhos Tutelares, forças de segurança e demais órgãos incumbidos das políticas básicas, assegurando fluxo de comunicação eficiente e atendimento sem lacunas; e

VII – o monitoramento permanente e a avaliação periódica dos resultados da política, com garantia do sigilo e da anonimização dos dados pessoais das crianças e adolescentes nos termos da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.

CAPÍTULO II

AÇÕES E INSTRUMENTOS

Art. 5º Aos filhos e dependentes menores de 18 (dezoito) anos de mulheres vítimas de feminicídio ou de violência doméstica, nos termos do art. 1º, são assegurados:

I – acompanhamento psicossocial individual e familiar;

II – assistência jurídica integral e gratuita;

III – atendimento psicológico e psiquiátrico especializado, no âmbito do SUS;

IV – colocação em família substituta, por guarda, tutela ou adoção, quando cabível;

V – reconhecimento prioritário de direitos assistenciais e previdenciários;





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Jorge Kajuru

SF/25954.74326-29

VI – tramitação prioritária de processos sucessórios e demais atos judiciais relacionados;

VII – atendimento prioritário em políticas públicas dirigidas à infância e à juventude e em serviços públicos essenciais, incluindo:

- a) vagas em creches e instituições educacionais;
- b) matrícula escolar em qualquer fase do ano letivo;
- c) programas de reforço escolar e atividades de contraturno;
- d) ações públicas de prevenção da evasão escolar;
- e) serviços de saúde;
- f) programas habitacionais, quando couber.

§ 1º O acompanhamento psicossocial individual será realizado por equipe multidisciplinar, observada a condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, e será precedido da elaboração de planejamento específico, que conterà, no mínimo:

- I – objetivos psicossociais e educacionais;
- II – avaliação de vulnerabilidades e necessidades sociais;
- III – estratégias de proteção e segurança;
- IV – situação habitacional;
- V – metas de evolução e indicadores de monitoramento.

§ 2º A assistência jurídica gratuita prevista no inciso II abrangerá a família extensa, família acolhedora, curador ou tutor, compreendendo orientação sobre benefícios cabíveis, medidas protetivas, proteção patrimonial, direitos sucessórios e regularização documental.





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Jorge Kajuru

SF/25954.74326-29

§ 3º A inclusão em acolhimento familiar ou institucional será priorizada sempre que houver risco à integridade física ou psicológica da criança ou do adolescente, observadas as disposições da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, e da Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017.

Art. 6º Os filhos e dependentes menores de 18 (dezoito) anos de idade, órfãos em razão do crime de feminicídio, cuja renda familiar mensal *per capita* seja igual ou inferior a 1/4 (um quarto) do salário-mínimo farão jus à pensão especial prevista na Lei nº 14.717, de 31 de outubro de 2023.

Art. 7º Serão adotadas medidas de prevenção à revitimização, assegurando capacitação permanente das equipes, mecanismos de controle institucional e protocolos de atendimento humanizado em todas as etapas do acolhimento e acompanhamento das crianças e dos adolescentes de que trata esta Lei.

Art. 8º A PNPIV será financiada por dotações orçamentárias da União, podendo contar com:

- I – recursos do Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente;
- II – compensações financeiras decorrentes de condenações judiciais por violência contra mulheres;
- III – transferências voluntárias da União a estados e municípios mediante adesão;
- IV – parcerias com organismos nacionais e internacionais.

Parágrafo Único. A União poderá instituir incentivo específico para que estados e municípios implementem estruturas de referência para atendimento às crianças e aos adolescentes de que trata esta Lei.

Art. 9º Regulamento disporá sobre:

- I – as formas de repasse e execução dos recursos destinados às ações da PNPIV;





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Jorge Kajuru

SF/25954.74326-29

II – a articulação entre os sistemas de saúde, assistência social, educação, segurança pública e justiça;

III – os protocolos e procedimentos operacionais referentes a:

a) notificação e encaminhamento entre setores;

b) acompanhamento psicossocial individual e familiar;

c) acompanhamento familiar qualificado;

d) avaliação de risco e fluxos emergenciais;

e) proteção de dados e compartilhamento seguro de informações, conforme a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.

Art. 10. O monitoramento da PNPIV será contínuo e observará sistema de indicadores referentes a:

I – escolarização e permanência escolar;

II – saúde física e mental;

III – reintegração familiar;

IV – retorno ao convívio comunitário;

V – segurança e proteção;

VI – desenvolvimento de autonomia na transição para a vida adulta.

CAPÍTULO III

DISPOSIÇÕES FINAIS





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Jorge Kajuru

Art. 11. O art. 11 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, passa a vigorar acrescido do seguinte § 4º:

“**Art. 11.**
.....

§ 4º As crianças e os adolescentes órfãos em razão de feminicídio receberão atendimento prioritário em saúde mental, por meio de equipes multidisciplinares que incluam psicólogos e médicos psiquiatras.” (NR)

Art. 12. O art. 22 da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, passa a vigorar acrescido do seguinte § 6º:

“**Art. 22.**.....
.....

§ 6º Sem prejuízo da aplicação das medidas referidas neste artigo, o juiz poderá determinar o encaminhamento dos filhos e demais dependentes menores de 18 (dezoito) anos da mulher em situação de violência doméstica e familiar para atendimento psicológico na rede pública, observadas as diretrizes da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, e a articulação com os órgãos responsáveis pela Política Nacional de Proteção Integral a Filhos e Filhas de Mulheres Vítimas de Violência.” (NR)

Art. 13. A Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017, passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 4º**
.....

§ 5º Consideram-se igualmente vítimas indiretas de violência, para os fins desta Lei, as crianças e os adolescentes órfãos em decorrência de feminicídio, assegurada prioridade no atendimento psicossocial, educacional e de proteção social.” (NR)

“**Art. 14.**
.....

§ 3º Os órgãos e entidades responsáveis pelas políticas mencionadas no *caput* assegurarão formação continuada obrigatória





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Jorge Kajuru

aos profissionais que atuem direta ou indiretamente no atendimento de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência.

§ 4º Os órgãos do Sistema de Garantia de Direitos adotarão protocolos de identificação precoce de sinais de violência ou risco à integridade física, psicológica ou social da criança e do adolescente, assegurando atuação preventiva e integrada.” (NR)

“**Art. 16-A.** Fica instituído, no âmbito da União, o Sistema Nacional Integrado de Informações sobre Violência contra Crianças e Adolescentes, com a finalidade de produzir, integrar e sistematizar dados para a formulação, o monitoramento e a avaliação de políticas públicas de prevenção e enfrentamento da violência.

§ 1º O Sistema Nacional Integrado de Informações sobre Violência contra Crianças e Adolescentes será operacionalizado na forma do regulamento, observadas as competências dos entes federados.

§ 2º O Sistema terá base de dados unificada, composta por informações provenientes, no mínimo, dos registros de notificação, atendimento e acompanhamento produzidos no âmbito das políticas de assistência social, saúde, educação e segurança pública.

§ 3º O compartilhamento de informações no âmbito do Sistema observará a legislação de proteção de dados pessoais, o sigilo profissional e o princípio da proteção integral, sendo restrito às finalidades de prevenção, proteção, responsabilização dos autores de violência e aperfeiçoamento das políticas públicas.

§ 4º É vedada a utilização dos dados do Sistema para fins discriminatórios ou estranhos às finalidades previstas no *caput*, ficando o infrator sujeito às penas desta Lei, sem prejuízo das responsabilidades civil, administrativa e penal cabíveis.

§ 5º A União poderá prestar apoio técnico e financeiro aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para a adequada alimentação, qualificação e uso das informações do Sistema, na forma do regulamento.”

Art. 14. O art. 1º da Lei nº 14.717, de 31 de outubro de 2023, passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 1º**

§ 1º O benefício de que trata o *caput* será devido aos filhos e demais dependentes menores de 18 (dezoito) anos de idade da mulher vítima de feminicídio e terá valor mínimo de 1 (um) salário-mínimo,





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Jorge Kajuru

podendo ser majorado em função do número de dependentes do núcleo familiar e das condições socioeconômicas apuradas pelo órgão gestor, na forma do regulamento.

.....
§2º-A. Os órgãos de segurança pública comunicarão, de forma imediata e automática, a ocorrência de feminicídio que resulte em orfandade de menores à rede de proteção social e ao Instituto Nacional do Seguro Social, para fins de apuração do direito à pensão especial, na forma do regulamento.

.....
§ 5º Será definitivamente excluído do benefício de que trata o *caput* a criança ou o adolescente que vier a ser condenado, por sentença transitada em julgado, como autor, coautor ou partícipe, pela prática de ato infracional análogo ao crime de feminicídio ou a crime doloso cometido, tentado ou consumado, mediante violência ou grave ameaça contra a mulher vítima da violência, ressalvados os absolutamente incapazes e os inimputáveis.

.....
§ 8º O valor da pensão será reajustado anualmente na mesma data e pelo mesmo índice aplicado aos benefícios do Regime Geral de Previdência Social.” (NR)

Art. 15. A Lei nº 14.717, de 31 de outubro de 2023, passa a vigorar acrescida dos seguintes artigos:

“**Art. 3º-A.** A concessão da pensão especial importará na inclusão da criança ou do adolescente beneficiário em programas intersetoriais de acompanhamento psicossocial, educacional e de saúde, a serem executados de forma integrada pelos sistemas de educação, saúde e assistência social.

§ 1º A implementação do acompanhamento referido no *caput* observará o princípio da proteção integral, garantindo atendimento continuado por equipe multidisciplinar.

§ 2º A União poderá celebrar convênios, termos de cooperação ou instrumentos congêneres com Estados, Distrito Federal e Municípios, para assegurar a oferta integrada dos serviços, incluindo a consolidação de registros, fluxos e protocolos comuns e a integração da base de dados sobre beneficiários, na forma do regulamento.

§ 3º Os instrumentos de cooperação poderão prever transferência voluntária de recursos, assistência técnica, capacitação profissional e mecanismos de monitoramento.





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Jorge Kajuru

Art. 3º-B. A criança ou o adolescente beneficiário da pensão especial terá prioridade automática, independentemente de disponibilidade de vagas, para:

I – matrícula imediata em instituição de educação básica pública ou conveniada;

II – permanência escolar, inclusive com oferta de transporte, reforço escolar e atividades de contraturno, quando necessário.

Art. 3º-C. A execução desta Lei observará as diretrizes do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente Vítima ou Testemunha de Violência, instituído pela Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017.”

Art. 16. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A violência doméstica e o feminicídio produzem impactos devastadores que ultrapassam a figura da mulher adulta e alcançam, também, crianças e adolescentes que dela dependem. A cada caso de violência letal contra mulheres, multiplicam-se situações de orfandade, ruptura de vínculos, traumas, instabilidade socioeconômica e riscos à integridade emocional e física de meninas e meninos. Essas vítimas indiretas, frequentemente invisibilizadas, enfrentam um conjunto de vulnerabilidades acumuladas que o Estado brasileiro ainda não consegue atender de maneira articulada, contínua e eficaz.

A Constituição Federal estabelece, no art. 227, que crianças e adolescentes são sujeitos de direitos e devem receber proteção integral e prioridade absoluta. Tais disposições refletem-se tanto no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069, de 1990), quanto na Lei nº 13.431, de 2017, que instituiu o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência. Da mesma forma, a Lei nº 14.717, de 2023, ampliou o sistema de proteção ao instituir pensão especial para órfãos do feminicídio.

Apesar do arcabouço normativo robusto, entendemos que a legislação ainda apresenta limitações na capacidade de gerar respostas integrais às crianças e adolescentes impactados pela violência extrema contra suas mães,





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Jorge Kajuru

SF/25954.74326-29

seja em decorrência da baixa coordenação intersetorial entre as áreas de assistência, saúde, educação, segurança e justiça, seja em razão do valor do benefício estabelecido para fazer frente às necessidades dessas crianças, sobretudo em famílias numerosas.

O presente projeto de lei procura responder a esse desafio instituindo a Política Nacional de Proteção Integral a Filhos e Filhas de Mulheres Vítimas de Violência (PNPIV). A iniciativa consolida, em um único marco, diretrizes, objetivos, instrumentos operacionais e mecanismos de coordenação capazes de garantir proteção continuada, cuidado psicossocial, estabilidade socioeconômica, prioridade em políticas educacionais e acompanhamento sistemático das crianças e adolescentes diretamente afetados por violência doméstica ou feminicídio.

A proposta também altera a Lei nº 13.431, de 2017, para reconhecer filhos e filhas de vítimas de feminicídio como vítimas indiretas com prioridade de atendimento; e criar o Sistema Nacional Integrado de Informações sobre Violência contra Crianças e Adolescentes, ferramenta essencial para gestão baseada em evidências e para o alinhamento federativo das respostas estatais. Também fortalece a Lei nº 14.717, de 2023, garantindo valor mínimo digno, integração intersetorial das ações e prioridade automática de matrícula e permanência escolar. Com isso, transforma o benefício em porta de entrada para uma política de proteção mais ampla, evitando que a pensão atue isolada e sem articulação com os demais sistemas.

Nosso projeto também dialoga diretamente com a sociedade. Esta proposição atende à Ideia Legislativa nº 196766, enviada pela cidadã Cândida C. C. C. F. M. (SP) ao portal *e-Cidadania*, por meio da Ouvidoria do Senado Federal, na qual se sugere a inclusão de dispositivo na Lei Maria da Penha para permitir que juízes determinem o encaminhamento dos filhos menores de 18 anos de mulheres em situação de violência para atendimento psicológico na rede pública. A sugestão converge integralmente com o objetivo central deste projeto de lei, o que não apenas evidencia a sintonia entre a iniciativa legislativa e a vontade popular, como reafirma o papel desta Casa de acolher e transformar em política pública as demandas emergentes da sociedade.

A iniciativa garante que nenhuma criança fique desassistida quando a violência contra sua mãe altera repentinamente sua trajetória de vida. Trata-se de uma política pública estruturante, ancorada no princípio da proteção



Assinado eletronicamente, por Sen. Jorge Kajuru

Para verificação



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Jorge Kajuru

integral, tecnicamente consistente, alinhada às melhores práticas internacionais de prevenção e enfrentamento à violência doméstica e apta a preencher lacunas históricas do sistema de proteção brasileiro.

Nesse contexto, a aprovação do presente projeto de lei representa avanço estratégico, urgente e necessário para consolidar um sistema de proteção que seja, ao mesmo tempo, sensível, ágil, articulado e centrado nos direitos de crianças e adolescentes. Diante disso, contamos com o apoio dos nobres Parlamentares para sua célere aprovação.

Sala das Sessões,

Senador JORGE KAJURU



LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - CON-1988-10-05 - 1988/88
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>
- Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de Dezembro de 1940 - Código Penal (1940) - 2848/40
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:decreto.lei:1940;2848>
 - art121_par2_inc6
- Lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (1990) - 8069/90
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1990;8069>
 - art11
- Lei nº 11.340, de 7 de Agosto de 2006 - Lei Maria da Penha (2006) - 11340/06
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2006;11340>
 - art22
- Lei nº 13.431, de 4 de Abril de 2017 - LEI-13431-2017-04-04 - 13431/17
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2017;13431>
- Lei nº 13.709, de 14 de Agosto de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) (2018) - 13709/18
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2018;13709>
- Lei nº 14.717, de 31 de Outubro de 2023 - LEI-14717-2023-10-31 - 14717/23
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2023;14717>
 - art1